

Projeto Paisagem Cultural do Café: experiências com a metodologia do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC)

Adriana Silva



Secretária da Cultura do município de Ribeirão Preto [SP], responsável pela Rede de Cooperação Identidades Culturais. Graduada em Comunicação Social – Jornalismo, mestre e doutora em Educação. Ribeirão Preto [SP], Brasil. <asilva@netsite.com.br>.

Lilian Rodrigues de Oliveira Rosa



Professora do curso de História do CEU Barão de Mauá; Chefe de Divisão do Patrimônio Cultural da Secretaria Municipal da Cultura, coordenadora do projeto Paisagem Cultural do Café. Geógrafa, Historiadora, mestre e doutora em História. Ribeirão Preto [SP], Brasil. <lilian.rosa2010@gmail.com>.

Michelle Cartolano de Castro Silva



Coordenadora de acervos do MIS – Museu da Imagem e do Som; Assistente de coordenação do projeto Paisagem Cultural do Café. Historiadora, Especialista pelo CEUBM. Ribeirão Preto [SP], Brasil. <michelle.histori@gmail.com>.

Juscélia Vitória Fiuza



Supervisora de campo e pesquisadora do projeto Paisagem Cultural do Café; Arquiteta e Urbanista, coordenadora do escritório Vão Livre Arquitetura. Ribeirão Preto [SP], Brasil. <jusceliafiuza.arq@gmail.com>.

Mônica Jaqueline de Oliveira



Professora da Rede Municipal de Ensino de Ribeirão Preto; Supervisora de campo e pesquisadora do projeto Paisagem Cultural do Café. Historiadora com pós-graduação em História; graduanda em Artes. Ribeirão Preto [SP], Brasil. <monicajaqueline.oliveira@gmail.com>.

Pesquisadores-colaboradores da Rede de Cooperação Identidades Culturais, em 2012: Adriana Cristina de Godoy, Ana Carolina Gleria, Antônio Aparecido de Souza, Aurélio Manoel Corrêa Guazzelli, Camila Vanessa Ferlin de Souza, Carolina Margarido, Cristiane Kobayashi Faleiros, Delson Ferreira, Domingos J. L. Guimarães, Henrique Telles Vichnewski, Luis Antonio Moretti Filho, Marcelo Carlucci, Marcia R. M. Okamura, Marcos Câmara de Castro, Mariana Basaglia Soriani, Mayara da S. Zampollo, Nainôra Maria Barbosa de Freitas, Sandra Regina Firmino Abdala, Sandra Rita Molina.

Agradecimentos especiais aos técnicos do IPHAN-SP.

Resumo

O presente artigo apresenta as experiências da Rede de Cooperação Identidades Culturais durante a execução do Projeto Paisagem Cultural do Café em parceria com o IPHAN-SP. O foco é a discussão da aplicação da metodologia do INRC (Inventário Nacional de Referências Culturais) na identificação de referências culturais do café, entre 1870 e 1950, em Ribeirão Preto [SP], Brasil. Enfatizam-se os desafios envolvidos em uma pesquisa de natureza multidisciplinar e multi-institucional.

Palavras-chave

Paisagem cultural do café, Inventário Nacional de Referências Culturais, Ribeirão Preto [SP].

Cultural Coffee-Landscape Project: experience with the methodology of the National Inventory of Cultural References (INRC)

Abstract

The current paper presents the outcomes of experience of the Cooperation in the Cultural Identity Network while the Coffee Cultural Project was carried out in partnership with IPHAN-SP. The highlight is on the discussion about the INRC's methodology introduction (National Inventory of Cultural References) in identifying cultural coffee references, from 1870 to 1950, in Ribeirão Preto [São Paulo], Brazil. The paper stresses the challenge involved in a research of a multidisciplinary and multinstitutional nature.

Keywords

Cultural landscape of coffee, National Inventory of Cultural references, Ribeirao Preto [SP].

Introdução

Ribeirão Preto é um município localizado no nordeste do estado de São Paulo que, por sua vez, compõe a região sudeste do Brasil. Possui uma população de 577 mil habitantes, com uma densidade demográfica de 887,30 habitantes por km², distribuídos por 650,37 km². Quanto aos seus aspectos naturais, sua área está no domínio tropical e localiza-se na zona de transição de dois grandes conjuntos geográficos: o Cerrado do Brasil Central e a Mata Atlântica (AB'SABER, 2003). Faz parte do planalto basáltico da bacia sedimentar do Paraná, onde predominam superfícies suavizadas e colonisas. Os Latossolos Roxos são predominantes no município (OLIVEIRA & MONIZ, 1975, p. 63).

Foi nessa área de relevo pouco acidentado, relativamente plano, com clima quente, uma estação úmida e outra seca e solo fértil de coloração vermelha, nomeado pelos imigrantes no século XIX de *terra rossa*, que a cafeicultura encontrou o ambiente ideal para o seu desenvolvimento, entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX (SILVA & ROSA, 2012, p.27).

Organizado administrativamente na segunda metade do século XIX, Ribeirão Preto entrou na zona de expansão cafeeira a partir de 1876, com a difusão da qualidade da sua terra vermelha por pessoas como Luiz Pereira Barreto (responsável pela introdução do café tipo Bourbon na região), que se tornou, juntamente com a sua família, cafeeiro nessa região. A produção cafeeira se tornou a primeira atividade econômica intensiva do município. Associando solo fértil, investimentos externos e tecnologia moderna (inclusive de transportes, com a ferrovia) a cultura do café alcançou alto índice de produtividade.

O papel representado por Ribeirão Preto durante a Primeira República, caracterizado pelo poder político e econômico dos cafeeiros ligados ao Partido Republicano Paulista (PRP), já foi amplamente estudado pela academia. Esses estudos revelam grupos de poder que marcaram esse período e colocaram o município numa posição de destaque na política nacional.

Nessa fase, o sucesso econômico da cafeicultura foi definido historicamente pela relação entre o meio ambiente adequado à sua adaptação e o perfil capitalista do agricultor dessa região. Esse processo esculpiu uma paisagem cultural na qual articula-se uma sociedade baseada no empreendimento agroindustrial (ARGOLLO FERRÃO, 2004), perfil que até os dias de hoje parece definir o município, que é objeto desse estudo.

A construção do projeto “Paisagem Cultural do Café” de Ribeirão Preto

A origem desse projeto ocorreu com a criação do “Programa Café com Açúcar”, elaborado por técnicos da Secretaria Municipal da Cultura, no primeiro semestre de 2009, com a finalidade de reunir as ações de proteção do patrimônio cultural material e imaterial de Ribeirão Preto. O objetivo inicial do programa era nortear a execução de ações de preservação do patrimônio edificado do município, já reconhecido por órgãos de preservação municipal e

estadual. Contudo, faltavam subsídios para o estabelecimento de políticas públicas nessa área. Era necessário gerar dados concretos sobre o perfil cultural de Ribeirão Preto, que pudessem embasar a discussão com a sociedade civil e que desaguasse na elaboração de um novo Plano Municipal de Cultura (2010).

Depois de ser aprovado por edital na seleção de Experiências de Gestão e Políticas do Patrimônio Cultural, juntamente com outros 49 municípios, o Programa Café com Açúcar, ainda embrionário, foi apresentado em formato de painel no I Fórum Nacional de Patrimônio Cultural, realizado em dezembro de 2009, em Ouro Preto [MG]. O debate durante o evento, organizado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), aproximou o município das experiências que vinham sendo realizadas no sentido de se implantar um Sistema Nacional de Patrimônio Cultural.

Reconheceu-se que para integrar o Sistema era necessário, antes de tudo, realizar um inventário dos bens culturais de Ribeirão Preto, não somente os de natureza material, mas, também os bens imateriais relativos à identidade do ribeirão-pretano. A relação do município com a história do café acabou por motivar o amadurecimento da ideia que resultou no projeto de inventário da “Paisagem Cultural do Café”.

O conceito de paisagem cultural, definido no artigo 1º. da Portaria nº. 127, de 30 de abril de 2009, como uma “porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores”, foi a base para a elaboração de algumas perguntas iniciais. Quais as peculiaridades, o caráter específico da paisagem de Ribeirão Preto quanto à interrelação entre os elementos naturais e culturais? Seria possível identificar a existência de uma paisagem cultural estruturada durante a fase na qual a economia cafeeira era um imperativo socioeconômico no município, entre 1870 e 1950? O café teria conformado os contornos dos valores simbólicos, das manifestações físicas e das formas de organização do espaço? Esses questionamentos nortearam (e ainda norteiam) a execução do projeto. Contudo, antes de buscar respostas à essas perguntas, duas questões precisavam ser resolvidas.

A primeira era a definição de uma metodologia que possibilitasse a identificação não somente de bens de excepcional valor arquitetônico e estético, mas, fundamentalmente, daqueles que fizessem referência ao período do café no município. Bens que ainda estivessem presentes na memória viva da população. Além disso, essa metodologia deveria oferecer suporte para a descrição e a análise da paisagem cultural. Tendo em vista que a categoria de paisagem tem ganhado força e se tornado um instrumento de debate para a execução de políticas públicas, a definição de uma metodologia abrangente e, ao mesmo tempo, rigorosa o suficiente para a sua análise, era imprescindível para a obtenção de resultados confiáveis ao final da pesquisa. A outra questão a ser resolvida era a formação de uma equipe de pesquisadores com múltiplas formações, cuja composição disciplinar possibilitasse tarefa ampla.

O primeiro desafio foi resolvido com a assinatura de um termo de cooperação técnica entre o IPHAN e a Prefeitura de Ribeirão Preto (REDE, 2010, p. 199). O convênio firmado previu a autorização para a utilização, por parte da Secretaria da Cultura e da Rede de Cooperação, da metodologia do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) e o acompanhamento do projeto por dois técnicos da 9ª Regional (IPHAN-SP).

Para a constituição da equipe de pesquisa enfrentava-se um problema: a exemplo do que ocorre em vários municípios, faltavam ao poder público de Ribeirão Preto os profissionais com a formação e a experiência necessárias para o desenvolvimento de uma pesquisa dessa natureza. Faltava, também, a dotação orçamentária para investir em pesquisa. Diante disso, a Secretaria Municipal da Cultura aproveitou-se da realidade educacional da cidade: possuir nove instituições de ensino superior privadas e uma pública, que foram convidadas a compor a Rede de Cooperação Identidades Culturais. O objetivo principal foi formar um grupo multidisciplinar e multi-institucional advindo dessas instituições. Além deles, empresas e entidades aderiram à Rede como apoiadores e patrocinadores. Com esses recursos foi possível comprar material de pesquisa e contratar estagiários, no início, e profissionais na sequência.

O resultado foi a adesão, para o ano de 2010, de uma universidade, dois centros universitários e duas faculdades, todos de natureza privada, uma universidade pública, uma empresa privada, cinco órgãos públicos municipais e um órgão federal, o IPHAN. O grupo de trabalho foi constituído de 32 pessoas, sendo 21 pesquisadores, um gestor, um coordenador, um assistente de coordenação, quatro estagiários, dois responsáveis pelos registros audiovisuais e dois técnicos do IPHAN-SP. O cronograma foi pensado para ser executado em três anos, entre 2010 e 2012, período durante o qual algumas instituições deixaram a Rede e outras novas aderiram.

Em 2012, o projeto “Paisagem Cultural do Café” encontra-se no seu terceiro ano de execução. Atualmente, conta com a participação de um núcleo duro de pesquisadores com múltiplas formações: história, antropologia, geografia, sociologia, arquitetura e urbanismo, educação, comunicação, música e artes. Os resultados parciais da produção do grupo vem sendo difundidos em forma de artigos científicos, participação em congressos e publicações de livros (REDE, 2012).

Finalmente, é importante explicar ao leitor que ele não encontrará nesse artigo a delimitação e a propositura fechada de uma paisagem cultural do café em Ribeirão Preto. Este ainda é um projeto em construção. O que se apresenta é uma discussão sobre os limites e as possibilidades da aplicação da metodologia do INRC no processo de identificação de uma paisagem cultural temática e os desafios de desenvolver uma pesquisa de natureza interdisciplinar.

Referencial teórico

O trabalho dos pesquisadores da Rede de Cooperação Identidades Culturais tem sido um desafio em vários sentidos. O primeiro e mais significativo deles foi a definição de um referencial teórico que norteasse a pesquisa e que emergisse do debate entre profissionais oriundos de várias áreas e com formações diversas. Os primeiros seis meses de trabalho do grupo foram justamente dedicados às discussões teóricas e à interpretação da metodologia do INRC, que é fundamentalmente pautada pelo conceito de “referências culturais”. Para Cecília Londres, que escreveu o texto de apresentação do Manual de Aplicação do INRC (2000):

Quando se fala em “referências culturais”, se pressupõem sujeitos para os quais essas referências façam sentido (referências para quem?). Essa perspectiva veio deslocar o foco dos bens – que em geral se impõem por sua monumentalidade, por sua riqueza, por seu “peso” material e simbólico – para a dinâmica de atribuição de sentidos e valores. Ou seja, para o fato de que os bens culturais não

valem por si mesmos, não têm um valor intrínseco. O valor lhes é sempre atribuído por sujeitos particulares e em função de determinados critérios e interesses historicamente condicionados (LONDRES, 2000, p. 11-12).

O que se coloca em discussão com o uso desse conceito em inventários é a legitimidade do saber formal, dos saberes de gabinete. O valor do bem, que orienta a sua seleção para ser estudado, não é mais definido apenas por sua autenticidade atestada por especialistas, por sua monumentalidade, sua excepcionalidade, como se esses fossem valores considerados inerentes ao objeto e comumente dissociados das sociedades que o produziram ou que a eles atribuíram importância. A descrição do referente (objeto) não perde a sua importância para a pesquisa. O que muda é a abordagem. A ideia que a “coisa” só pode ser apreendida por intermédio do seu significado (referência). Essa nova percepção já vem sendo aplicada nos estudos de patrimônio por pesquisadores de várias áreas.

Tratando de bens materiais, Castriota (2009), ao abordar o que ele próprio chama de “conceito ampliado de patrimônio” enfatiza que os inventários de áreas urbanas não devem mais abordar a cidade como “objeto estético”. Na visão do autor elas devem ser percebidas como um todo no qual se observam diferentes valores. Para compreender esse todo é necessário analisar a sua relação sistêmica com as partes, caracterizadas por conjuntos de bens culturais ligados às identidades culturais diversas presentes na localidade. Em outras palavras, o que se propõe é a análise das relações socioculturais, dos sentimentos de pertencimento e, também, de ruptura.

As novas concepções do conceito de patrimônio são influenciadas pela antropologia interpretativa. A partir dessa linha é possível afastar-se da noção reificada de monumento, e valorizar a dimensão viva da cultura, como uma rede de significados. Com as contribuições de outras áreas, como a Geografia, incorporam-se cada vez mais outros conceitos, como de “território”, que permite a identificação de dimensões culturalmente significativas, impregnadas de relações de poder.

Pensando a partir da complexidade desses conceitos, que estão sendo usados nos estudos sobre patrimônio cultural, o que se procura ao aplicá-los é o que eles compartilham entre si: a característica de viabilizar a apreensão da realidade social como essencialmente multicultural. Ela é marcada por uma produção simbólica, percebida por intermédio de um sistema de símbolos que podem revelar os contornos de grupos e sociedades específicas.

Olhar as dimensões simbólicas da ação social – arte, religião, ideologia, ciência, lei, moralidade, senso comum – não é afastar-se dos dilemas existenciais da vida em favor de algum domínio empírico de formas não-emocionalizadas; é mergulhar no meio delas. A vocação essencial da antropologia interpretativa não é responder às nossas questões mais profundas, mas colocar à nossa disposição as respostas que outros deram [...] e assim incluí-las no registro de consultas sobre o que o homem falou (GEERTZ, 1978, p. 40-41).

Em busca do que “o homem falou”. É com esta perspectiva que o INRC visa conhecer, registrar e interpretar quais são os bens culturais de uma determinada localidade. Em busca da referência, do significado atribuído ao referente, à coisa. Essa postura metodológica coloca em segundo plano o chamado valor “em si” (intrínseco) dos bens, cuja importância, a valoração e a legitimação, enquanto bem cultural, passam a ser consideradas como atribuídas.

Num projeto que tem por objetivo a identificação de uma paisagem cultural, a questão torna-se um pouco mais complexa. Além de levar em conta o que Castriota (2007, p.7) chamou de “interações significativas entre o homem e o meio ambiente natural”, superando a dicotomia cultura X natureza, deve-se propor a superação também da dicotomia entre os aspectos materiais e imateriais da dimensão cultural. O próprio conceito de paisagem abrange a compreensão da influência no “território da atividade humana e cultural de uma comunidade” (MENDES, 2004 apud CASTRIOTA, 2007, p.7).

Na trilha dos indícios dessa interação homem/meio, materialidade/imaterialidade, não é mais possível considerar de forma abstrata e superficial, ou relegar para segundo plano a manutenção da coerência e do significado da paisagem das diferentes regiões da localidade inventariada, compreendidas e definidas a partir das suas relações em determinado ambiente. Faz-se necessário pensar como estão relacionados o perfil histórico, a infraestrutura, as edificações, os territórios culturais, os usos, os significados e os aspectos naturais, todos responsáveis pela feição peculiar de cada uma das porções do espaço estudado.

Nesse sentido, a Geografia Cultural colabora de maneira fundamental com a compreensão do conceito de paisagem cultural. A sua aplicabilidade envolve uma visão que contemple as transformações do espaço, como resultados da ação produtora de significados e das vivências dinâmicas das sociedades multiculturais. Cabe ao pesquisador superar as impressões apreendidas pelo visível, pelo evidente aos olhos, e dedicar-se ao entendimento das relações (RIBEIRO, 2010).

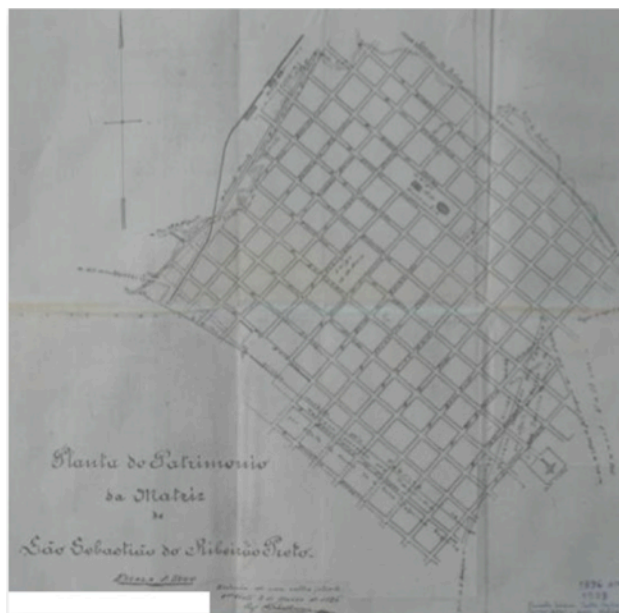


Figura 1. Planta da Fábrica da Matriz (definido como “localidade centro”, no inventário a ser realizado no sítio Ribeirão Preto).
Fonte: APHRP – Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto [SP].



Figura 2. Mapa sem escala do sítio Ribeirão Preto (área delimitada para inventário). *Fonte:* Adaptado de Rede de Cooperação Identidades Culturais – Relatório Fase 1, 2010, anexo 1.

A proposta de pesquisa, que vem sendo executada pela Rede de Cooperação, é a identificação das várias camadas da cidade, na tentativa de perceber como os moradores sentem e valorizam os espaços. Pensar a paisagem como fruto das relações entre o homem e a natureza, portanto, como um constructo que só pode ser entendido historicamente.

Partindo desse princípio, o processo de identificação da paisagem cultural do café iniciou-se com uma investigação genealógica, visando analisar como a economia cafeeira engendrou um complexo cultural específico no município. Essa peculiaridade pode ser observada tanto no meio urbano, como no rural. É possível identificar ainda hoje, as feições talhadas no período compreendido entre 1870 e 1950, quando o município de Ribeirão Preto estava à frente da região com a maior produção de café do Brasil: historicamente o “Novo Oeste Paulista”, e geograficamente o nordeste do estado de São Paulo.

Experiências de aplicação do INRC

O recorte territorial (sítio a ser inventariado) foi definido a partir da evolução urbana do município. A seleção partiu da delimitação das terras doadas por seis fazendeiros, em 1856, para a constituição do patrimônio da fábrica da matriz de São Sebastião (atualmente o centro da cidade) (FREITAS, 2012).

Foram incluídos também os bairros no entorno do Centro, caracterizados como uma das áreas mais antigas do município. Inicialmente estabeleceu-se uma escala que abrangia um conjunto de seis localidades do município de Ribeirão Preto: Centro, bairros Campos Elíseos, Vila Tibério, Vila Virgínia (República), Ipiranga (Barracão) e Distrito de Bonfim Paulista.

Entretanto, após analisar os resultados do trabalho de campo realizado no primeiro ano de pesquisa, o grupo definiu algumas mudanças. A primeira foi a subdivisão do sítio de pesquisa em dois: Ribeirão Preto e o Distrito de Bonfim Paulista. Esta decisão se justificou pela identificação, durante a pesquisa, de um forte laço identitário da população local com as referências culturais próprias daquele espaço. Inicialmente, o Distrito era considerado uma subdivisão do sítio a ser inventariado, contudo, o desenvolvimento da pesquisa mostrou que os valores simbólicos e as referências mantidas pela população do local o tornavam peculiarmente diferente de Ribeirão Preto.

Os moradores (importante contextualizar que a referência são os habitantes da área previamente entendida como histórica) não se percebiam ribeirão-pretanos e sim bonfinenses. Alguns dentre os entrevistados afirmaram não visitar o município de Ribeirão Preto há três anos. Esse fato indicou que seria necessário um aprofundamento na investigação dos laços que promoviam a coesão cultural identificada em Bonfim Paulista.

Outra mudança foi a ampliação da escala de pesquisa, que passou a abranger a área rural, com objetivo de incluir as antigas fazendas de café e as estações ferroviárias localizadas nessas propriedades rurais. No caso das ferrovias foi fundamental estudar o papel da Cia Mogiana na expansão da economia cafeeira.

A relação entre o desenvolvimento urbano e a economia do café, justifica a escolha do recorte temático da pesquisa: o café. Para pensar como essas relações se estabeleceram e como elas conformaram a paisagem que hoje se apresenta no município, a Rede se propôs a identificar as referências que se relacionam às práticas culturais e socioeconômicas do período do café em Ribeirão Preto, e que ainda estão presentes na comunidade.

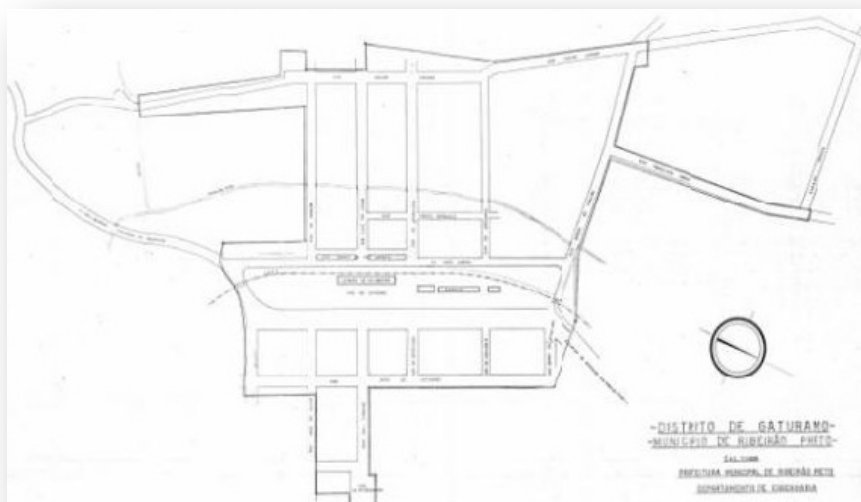


Figura 3. Planta de Bonfim Paulista ou Gaturamo.
Fonte: APHRP – Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto.

De acordo com INRC, as referências culturais a serem inventariadas dividem-se em cinco categorias: celebrações, formas de expressão, ofícios e modos de fazer, edificações e lugares¹.

Celebrações. *Nessa categoria incluem-se os principais ritos e festividades associados à religiosidade, à civilidade, aos ciclos do calendário, etc. São ocasiões diferenciadas de sociabilidade, envolvendo práticas complexas com suas regras específicas de distribuição de papéis, a preparação e o consumo de comidas, bebidas, a produção de um vestuário específico, a ornamentação de determinados lugares, o uso de objetos especiais, [...]. São atividades que participam fortemente da produção de sentidos específicos de um lugar e de território [...].*

Formas de expressão. *Formas não-linguísticas de comunicação associadas a determinado grupo social ou região, desenvolvidas por atores sociais [...] reconhecidos pela comunidade [...].*

Ofícios e modos de fazer. *[...] Atividades desenvolvidas por atores sociais (especialistas) reconhecidos como conhecedores de técnicas e de matérias-primas que identifiquem um grupo social ou localidade [...].*

Edificações. *Em diversos casos, estruturas de pedra e cal estão associadas a determinados usos, a significações históricas e de memória ou às imagens que se tem de certos lugares. Essas representações as tornam bens de interesse diferenciado para determinado grupo social, muitas vezes independente da qualidade arquitetônica ou artística [...].*

Lugares. *Toda atividade humana produz sentidos de lugar. Neste inventário serão incluídos especificamente aqueles que possuem sentido cultural diferenciado para a população local. São espaços apropriados por práticas e atividades de naturezas variadas [...].* (IPHAN, 2000, p. 31-32).

Quanto aos seus objetivos, o INRC se propõe a:

¹ Para conhecer mais detalhadamente a caracterização das categorias de inventário do INRC cf. Rede de Cooperação Identidades Culturais. Relatório Fase 1. Ribeirão Preto: Secretaria Municipal da Cultura, 2010.

- *Identificar e documentar bens culturais, de qualquer natureza, para atender à demanda pelo reconhecimento de bens representativos da diversidade e pluralidade culturais dos grupos formadores da sociedade;*
- *Apreender os sentidos e significados atribuídos ao patrimônio cultural pelos moradores de sítios tombados, tratando-os como intérpretes legítimos da cultura local e como parceiros preferências de sua preservação (IPHAN, 2000, p. 37).*

Para facilitar, por sua vez, a organização técnica dos trabalhos de campo e de gabinete, os pesquisadores da Rede de Cooperação foram subdivididos em grupos menores, mantendo-se sempre o caráter interdisciplinar: Grupo 1, responsável pela coordenação, acompanhamento e apoio técnico ao projeto; Grupo 2, dedicado às pesquisas das edificações (com o instrumento do INRC e do SICG); Grupo 3: voltado para a identificação das demais categorias (celebrações, formas de expressão, modos de fazer e lugares); e Grupo 4, responsável pela descrição e caracterização geográfica do município.

É importante destacar que a divisão dos grupos foi meramente de natureza prática. O objetivo foi facilitar as atividades cotidianas e a logística do projeto. Independente da divisão de trabalho, toda a produção foi continuamente acompanhada e articulada pelo grupo de coordenação e gestão (G1). Os membros do G1 mantiveram a função de intercâmbio de informações, coesão teórica e articulação das atividades.

Antes de iniciar o levantamento preliminar, cujo resultado está descrito no Relatório da Fase 1 do INRC (REDE, 2010), estabeleceu-se o seguinte plano de trabalho:

1. Estudo e definição do referencial teórico;
2. Leitura da paisagem urbana para o levantamento e indicação de manchas significativas para o estudo da paisagem cultural urbana;
3. Estudo da evolução urbana de Ribeirão Preto;
4. Levantamento de legislação urbanística;
5. Aplicação de entrevistas com instrumento estruturado para identificar a percepção da população sobre o patrimônio cultural do município;
6. Mapeamento preliminar das manifestações culturais tradicionais do município;
7. Levantamento e análise da legislação municipal sobre patrimônio cultural;
8. Diagnóstico socioeconômico e histórico-cultural;
9. Diagnóstico preliminar das necessidades e definição de diretrizes e propostas de preservação;
10. Sistematização das informações em Fichas do INRC – Inventário Nacional de Referências Culturais.

Para a execução das atividades, o INRC propõe que o inventário seja dividido em três fases: levantamento preliminar, identificação e documentação (INRC, 2000). O levantamento preliminar deve ser feito por meio de pesquisas em fontes documentais e bibliográficas disponíveis em arquivos públicos e pessoais. Contudo, os pesquisadores entenderam que esse levantamento preliminar proposto no INRC, caracterizado principalmente como pesquisa de gabinete, não atendia às pretensões do projeto. Julgou necessário, já no primeiro momento, fazer uma varredura sobre o que a população pensava sobre patrimônio cultural e o que essa população compreendia como sendo parte da sua identidade cultural.

Por isso, além do trabalho em arquivos proposto nessa fase do INRC, foram aplicadas entrevistas, cujo objetivo era apreender as relações entre o ribeirão-pretano com o lugar onde vive.

Quatro diretrizes, retiradas do Manual de Aplicação do INRC, orientaram a elaboração do questionário estruturado a ser aplicado na pesquisa e o levantamento documental: o que a comunidade destacava de forma reiterada como bem de significação diferenciada enquanto marca de sua identidade; o que o conhecimento acumulado sobre o sítio permite destacar; o que se verifica ser relevante comparativamente, por semelhança ou contraste com o que ocorre na região de entorno da área inventariada; qual a vigência da referência, se nas práticas sociais atuais ou na memória.

Antes da aplicação das entrevistas, dois estagiários foram a campo, em lugares de grande circulação, para realizar uma contagem de fluxo de transeuntes por hora. O objetivo era identificar áreas onde se pudesse abordar o maior número possível de pessoas residentes na localidade selecionada para o inventário. Com essa informação em mãos foram definidos os lugares focais de pesquisa e a amostra por cotas em cada localidade. Por ter adotado essa metodologia quantitativa, o questionário estruturado foi aplicado a mais de 500 munícipes de diversas idades, classes sociais (renda familiar) nas localidades definidas (REDE, 2010). O resultado desse levantamento e da pesquisa documental e bibliográfica norteou os próximos passos.

Terminada essa etapa, a segunda fase da pesquisa proposta pela metodologia do INRC é a de identificação, que depois é seguida de uma terceira fase: a documentação. O objetivo da segunda fase é reunir informações, descrever com detalhes as ocorrências relevantes e mapear as relações entre a população e os bens identificados na fase anterior. A identificação é desenvolvida principalmente por meio de visitas técnicas e de entrevistas com pessoas envolvidas direta ou indiretamente com o bem cultural. Ao longo do trabalho foram mapeadas as referências culturais nos locais definidos durante levantamento preliminar.

Para cada categoria a ser inventariada o INRC possui um questionário específico. São divididos por códigos que os identificam: Q20 – Celebrações; Q30 – Edificações; Q40 – Formas de Expressão; Q50 – Lugares; Q60 – Ofícios e modos de fazer. Quando os pesquisadores se depararam com os questionários, entenderam que para viabilizar a sistematização das informações apreendidas nas entrevistas seria necessário direcionar as perguntas de acordo com o questionário, tentando não fugir do mesmo. Essa necessidade ocorreu por ser muito detalhado o aprofundamento de cada categoria nesse instrumento. Esse procedimento de questionários estruturados “engessou” parcialmente a liberdade dos pesquisadores, em especial quanto às diversas possibilidades do uso da metodologia da oralidade.

Além dos questionários, a metodologia do IPHAN disponibiliza as Fichas de Identificação. Também divididas por categorias, acompanham o mesmo código dos questionários: F20 – Celebrações; F30 – Edificações; F40 – Formas de Expressão; F50 – Lugares; F60 – Ofícios e modos de fazer. Diferente dos questionários, as fichas englobam todas as informações referentes ao bem cultural. Desde o levantamento arquitetônico até a bibliografia. As entrevistas feitas podem ser resumidas e inseridas em campos específicos da Ficha e o uso de fontes históricas pode ser acrescentado às respostas dos entrevistados. Com isso, consegue-se condensar as informações relevantes de cada referência cultural.

Uma das limitações que o grupo identificou na metodologia do INRC relacionou-se à dificuldade em sistematizar os dados relacionados aos aspectos arquitetônicos mais específicos dos bens enquadrados na categoria “edificações”. Isso pode ser explicado pelo fato do INRC ter sido pensado para atender a uma demanda de identificação, em particular, dos bens imateriais. Como a proposta do projeto Paisagem Cultural do Café era realizar um estudo integrado, os próprios técnicos do IPHAN-SP sugeriram o uso associado de dois instrumentos: o INRC e o SICG – Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão.

Sendo desenvolvido desde 2007, o SICG tem seu foco na sistematização de dados sobre o patrimônio material. Ele foi pensado a partir da atualização de metodologias pré-existentes. O seu objetivo é formar um banco de dados que possa alimentar o Inventário Nacional de Referências Culturais.

Sua aplicação é relevante no desenvolvimento de Inventários de Conhecimento, formando uma base de informações para ser aplicada na construção de uma Rede de Proteção do Patrimônio que abarque o território nacional. O Inventário de Conhecimento é compreendido como uma varredura, cujo objetivo é a identificação dos bens culturais de uma determinada área, ou relacionados a um determinado tema (cultura do café, por exemplo). Ele funciona como um mapeamento do patrimônio cultural com vistas a sua proteção e valorização (DPMF, 2009).

O SICG é composto por três módulos: Conhecimento, Gestão e Cadastro. Cada um desses módulos está dividido em fichas específicas. Por uma decisão conjunta, os pesquisadores estão usando o terceiro módulo (Cadastro). Ele é composto por fichas de cadastro de bens individuais e proporciona a sistematização de informações que servirão para o conhecimento e a gestão dos bens culturais: identificação, cadastro, proteção e valorização (DPMF, 2009).

Embora o SICG venha sendo pensado e estruturado como uma metodologia complementar ao INRC, a sua aplicação de maneira conjunta com este instrumento ainda é uma novidade para o IPHAN-SP. O projeto empreendido em Ribeirão Preto, de aplicação associada INRC-SICG, tem sido considerado como um piloto pela 9ª. Regional do órgão federal.

Além da falta de experiência do IPHAN-SP no uso conjunto das duas metodologias, na prática, a sua aplicação impõe outros desafios. Entre eles, vencer a divisão entre material e imaterial. Mais complexo ainda, é o debate que se estabelece entre os pesquisadores ligados ao projeto, que são o tempo todo confrontados pela própria noção de ciência, marcadamente caracterizada pela dicotomia entre os saberes.

De maneira geral o SICG possibilita o estabelecimento de uma cartografia do patrimônio cultural a ser inventariado. Mas, ele se mostra limitado quanto à percepção dos sentidos e significados atribuídos pela população local aos bens culturais. Para isso, o INRC é muito mais eficiente.

Com esse caráter complementar, os técnicos do IPHAN e a Rede poderão, ao final do projeto, discutir as limitações das duas metodologias e propor ao órgão federal adaptações e aprimoramento dos instrumentos de pesquisa.

Resultados parciais da coleta de dados

Quanto ao levantamento preliminar realizado em 2010 foram aplicados questionários estruturados com 525 moradores do sítio de pesquisa (como já citado anteriormente), com a finalidade de mapear inicialmente a percepção da população sobre questões relacionadas ao patrimônio cultural do município. Dos entrevistados, 91% afirmou conhecer a história de Ribeirão Preto e 70% respondeu conhecer bem. Quanto aos que foram indagados sobre um fato histórico que guardam na memória, 9% não respondeu. Dos que responderam ao questionário, 89% deu destaque para a história do café, reconhecendo como marcante o fato de Ribeirão Preto ter sido um dos maiores exportadores de café durante a Primeira República (REDE, 2010, p. 142).

Dentre as várias perguntas sobre a história do município cumpre destacar que o cafeicultor Luiz Pereira Barreto, responsável por introduzir o café Bourbon na região de Ribeirão Preto, em meados de 1870, é conhecido por 29% dos entrevistados. O Cel. Francisco Schmidt, proprietário da Fazenda Monte Alegre, hoje Museu do Café, foi lembrado por 31% dos perguntados. Dos que responderam que conhecem bem a história da cidade, pode-se destacar as classes A1, C1, C2 e D, que apresentam índices maiores dos que destas mesmas classes que disseram não conhecer. A faixa etária de 40 a 59 anos é a que mais respondeu que conhece a história de Ribeirão Preto (REDE, 2010).

Os fatos históricos de Ribeirão Preto mais citados pelos munícipes estão ligados ao café e a cana-de-açúcar. Os informantes sabem que a cidade foi a maior exportadora de café e identificam prédios históricos da época do café como representativos da identidade cultural da cidade. Além disso, a maior parte dos entrevistados afirma que o poder público deve preservar os bens culturais remanescentes do período do café.

Essa pesquisa não é parte da metodologia do INRC. A sua elaboração e aplicação foi uma decisão metodológica do grupo de pesquisadores da Rede de Cooperação. A intenção foi realizar uma varredura por amostragem que norteasse posteriormente a aplicação do instrumento de pesquisa do INRC. A aplicação dessa pesquisa gerou uma grande quantidade de informações que estão sendo usadas no decorrer da pesquisa. Os resultados completos podem ser observados no Relatório da Fase I, de 2010, disponível *on-line* (REDE, 2010). Além de oferecer dados que ajudaram a construir um mapa da relação dos moradores com as localidades que habitam, a aplicação desses questionários também orientou o abastecimento de um banco de dados de contatos, ou seja, de pessoas que eram informantes em potencial para a segunda fase da pesquisa, quando foi aplicado o instrumento do INRC.

Durante a segunda fase (identificação), realizada entre 2011 e 2012, foram efetivadas 104 entrevistas com os questionários do INRC (Q20, Q30, Q40, Q50 e Q60) (Tabelas 1 e 2). O banco de contatos constituído no ano anterior foi ampliado com a indicação de novos informantes. Embora o trabalho tenha sido primordialmente oral, paralelamente, o grupo continuou pesquisando a documentação existente sobre as referências culturais investigadas.

As características marcantes de “vila pequena” do Distrito de Bonfim Paulista, em muito facilitaram a localização e a abordagem dos depoentes. O processo de apresentação do projeto foi mais rápido e demandou menor esforço por parte dos pesquisadores. Já no centro de Ribeirão Preto, o trabalho de sensibilização e de abordagem dos informantes foi mais complexo e demorado. As tabelas 1 e 2 indicam os bens inventariados com o instrumento do INRC.

Tabela 1. Total de bens inventariados e entrevistas por categoria do INRC até janeiro de 2012, no distrito de Bonfim Paulista, RP [SP], Brasil. *Fonte:* Rede de Cooperação Identidades Culturais – relatório parcial apresentado em 20 de junho de 2012.

Categorias inventariadas	Número de bens inventariados	Total de entrevistas realizadas entre 2011-2012
Celebrações	02	02
Edificações	16	19
Formas de expressão	01	01
Lugares	05	11
Modos de fazer e ofícios	02	02
Total	26	34

Tabela 2. Total de bens inventariados e entrevistas por categoria do INRC até junho de 2012, no Centro de Ribeirão Preto [SP], Brasil. *Fonte:* Rede de Cooperação Identidades Culturais – relatório parcial apresentado em 20 de junho de 2012.

Categorias inventariadas	Número de bens inventariados no centro de RP	Total de entrevistas realizadas entre 2011-2012
Celebrações	01	02
Edificações	37	54
Formas de expressão	04	05
Lugares	18	26
Modos de fazer e ofícios	06	03
Total	66	70

Além do levantamento quantitativo dos bens, as tabelas revelam o número de entrevistas realizadas por categoria até o presente momento. A quantidade de entrevistas que difere de uma categoria para outra. Isto se justifica pela diferença de complexidade entre alguns bens inventariados. Em alguns casos os pesquisadores precisaram de mais informações para definir o enquadramento do bem investigado em uma determinada categoria do INRC.

Para melhor explicar ao leitor, um bom exemplo foi o Mercado Municipal da cidade. Inicialmente ele foi inventariado na categoria “edificação”, posteriormente, conforme o avanço das pesquisas indicava uma percepção diferenciada da população em relação a esse bem, ele foi reenquadrado na categoria de “lugar”. O mesmo aconteceu com a Igreja de Bonfim Paulista. Inicialmente ela foi estudada como um bem edificado, mas, não foi considerada significativa como exemplar arquitetônico pelos pesquisadores e pelos moradores de Bonfim. Contudo, em várias entrevistas observou-se uma intensa relação do bonfinense com a Matriz. Ela era constantemente citada nas entrevistas como um lugar importante para as práticas sociais do Distrito. Além disso, a população a identifica como um marco visual na paisagem, podendo ser visto de quase todos os pontos da área urbana.

A partir das conclusões durante os trabalhos de campo e as pesquisas de gabinete, a equipe realizou a análise dos bens inventariados, especificando-os e classificando-os de acordo com as cinco categorias de referências culturais definidas pelo INRC (Tabelas 1 e 2). Depois disso, o grupo os analisou de maneira a definir uma nova triagem de bens. Essa ação mais detalhada condicionou a seleção de 96 bens, entre as cinco categorias, nas duas áreas geográficas da pesquisa. Esses bens integrarão definitivamente o inventário e serão documentados na fase 3 do INRC (a se realizar posteriormente).

No que tange às edificações cabe uma explicação. Foi justamente no inventário dessa categoria do INRC que o grupo decidiu usar outra metodologia de maneira integrada: o SICG. Com o INRC foram estudadas 53 edificações, caracterizadas na F30 (Ficha de Identificação de Edificações). Essas foram consideradas como as principais referências culturais edificadas do município (tanto pelos entrevistados como pelos pesquisadores) relacionadas ao período e ao tema pesquisados: o complexo cultural conformado pelo café.

Contudo, durante as entrevistas, a população se referia frequentemente aos vários “prédios históricos” que ainda existiam no centro de Ribeirão Preto e em Bonfim Paulista. Não havia uma indicação precisa por parte dos informantes, de um ou outro bem especificamente, como no caso das 53 edificações já inventariadas no INRC. A mesma observação era feita pelos arquitetos que participavam da pesquisa. Concordou-se que havia uma grande quantidade de imóveis, construídos entre 1870 e 1950, que eram relevantes quanto ao aspecto arquitetônico e faziam parte da paisagem cultural do café. Portanto, não poderiam ficar de fora do levantamento.

Nesse caso, optou-se por fazer somente um trabalho de detalhamento e análise arquitetônica, baseado na observação. O INRC era limitado nesse sentido, pois, as fichas enfatizam o uso de entrevistas e a apreensão de sentidos. Não era esse o objetivo para esses imóveis. O que se pretendia era documentar as ocorrências arquitetônicas das técnicas construtivas, os estilos e a diversas implantações, desse período.

A decisão do grupo, orientado pelos técnicos do IPHAN-SP, foi a utilização do SICG, que possui fichas mais detalhadas para caracterização arquitetônica. Com ele foram inventariados, até junho de 2012, 788 edificações.

É necessário observar que esses dados ainda são parciais. Embora no Distrito de Bonfim Paulista e nas Estações Ferroviárias a coleta já esteja praticamente concluída, ainda falta realizar uma nova seleção de edificações no centro. Quanto às fazendas, mais de trinta propriedades ainda precisam ser visitadas para a conclusão dos trabalhos, por esse motivo, optou-se por não oferecer ao leitor maiores informações sobre os conjuntos rurais, que serão foco de um próximo artigo. Os resultados até o presente momento podem ser observados na Tabela 3.

Tabela 3. Total de edificações inventariadas com o SICG até junho de 2012, por área inventariada (Centro de Ribeirão Preto, Bonfim Paulista e áreas rurais [SP], Brasil). *Fonte:* Rede de Cooperação Identidades Culturais – relatório parcial apresentado em 20 de junho de 2012.

Categorias inventariadas	Edificações inventariadas até o momento	Edificações em processo de análise, ou ainda por visitar.
Distrito de Bonfim Paulista	48	22
Centro de Ribeirão Preto	698	54
Fazendas	33	32
Estações Ferroviárias	9	0
Total	788	108

No sítio de Bonfim Paulista o trabalho com o INRC e com o SICG já está quase finalizado. Cabe ainda uma análise mais aprofundada dos resultados. Mas, já é possível concluir que boa parte dos bens edificados considerados como referência cultural pela população encontra-se nas proximidades da praça, na área mais central. A espacialização das edificações pode ser observada na Figura 4.

Na localidade centro, do sítio Ribeirão Preto, as atividades programadas para a fase 2 do inventário também estão sendo completadas. Quanto às entrevistas para a identificação das categorias do INRC, pretende-se concluí-las em agosto e setembro de 2012. No que tange às edificações, que compõe o maior número inventariado em relação às demais categorias, o trabalho deve ser finalizado no máximo até setembro.

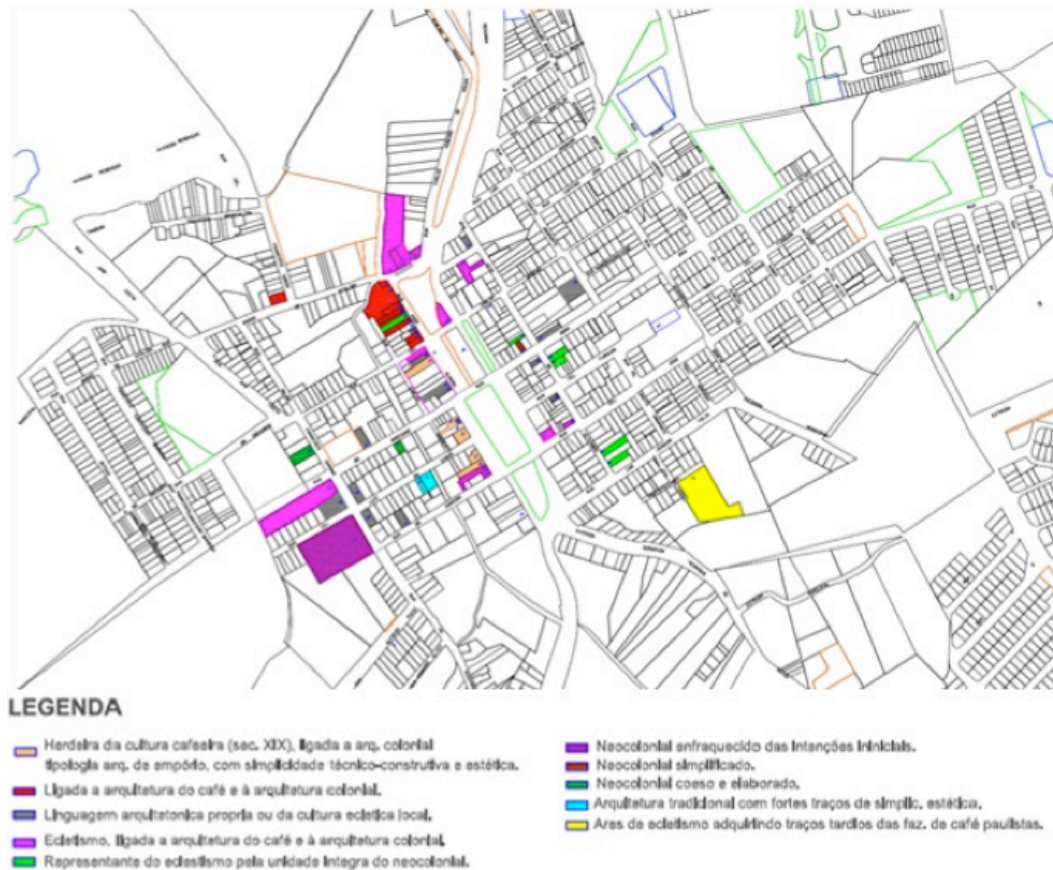


Figura 4. Mapa do sítio Bonfim Paulista, Ribeirão Preto, SP, com bens materiais de interesse cultural, histórico e arquitetônico da área urbana. *Fonte:* Plano de Diretrizes Urbanas para o Distrito de Bonfim Paulista, Vão Livre Arquitetura, Rede de Cooperação Identidades Culturais, 2012.

Políticas públicas elaboradas a partir dos resultados preliminares do projeto

Duas preocupações pautaram a gestão da Rede de Cooperação Identidades Culturais. Uma foi a necessidade de manter o grupo motivado a continuar, apesar das dificuldades que com certeza se apresentariam, entre elas, demandas acadêmicas, realidade financeira das instituições, novos projetos profissionais dos envolvidos e posições políticas. A segunda foi gerar produtos a partir dos resultados das pesquisas ainda durante o trabalho e não somente quando da conclusão do estudo.

Para resolver a primeira foi criado, como estratégia, um elo de necessidade, ou seja, fazer do pesquisador parte integrante, importante e necessária para o bom resultado do projeto. Além disso, para facilitar a sensibilização da informação para os trabalhos a serem

desenvolvidos, era preciso divulgar o projeto para o município de Ribeirão Preto. Uma alternativa foi conquistar a imprensa, tornando os veículos de comunicação parceiros na difusão dos resultados e dos pesquisadores envolvidos. Outra estratégia foi construir uma relação de confiança entre o poder público e a sociedade civil, incentivando um processo de empoderamento da pesquisa por parte dessa última. Dessa forma, a Rede tornou-se maior que a Secretaria da Cultura, ganhando autonomia para chegar a conclusões sempre coletivas, como um grupo de pesquisa.

Estas estratégias foram eficientes sob alguns pontos, mas não garantiram a permanência de todos os membros ao longo dos três anos. A troca de integrantes da Rede se mostrou uma realidade a ser trabalhada e, embora as saídas tenham sido inevitáveis, as novas adesões sempre equilibraram o quantitativo e o qualitativo do grupo.

Para resolver a segunda preocupação – construir políticas públicas de maneira concomitante à obtenção dos resultados da pesquisa – algumas alternativas foram apresentadas e aceitas pelo grupo. A primeira foi assumir o compromisso em difundir o conhecimento gerado, e a melhor alternativa foi criar uma coleção que recebeu o mesmo nome da Rede (Coleção Identidades Culturais). Um cronograma para publicação de quatro obras ao ano foi elaborado e a realização sem atraso, deu credibilidade ao poder público. Em 2010 foram lançadas quatro obras – uma delas assinada por um dos integrantes da Rede. Em 2011 foram lançadas outras quatro obras e, em 2012, já foram publicadas duas obras, as duas produzidas pelos membros da Rede e as duas últimas também serão assinadas por pesquisadores do grupo. Um décimo terceiro livro está em produção e reunirá a produção intelectual da Rede sob o título Paisagem Cultural do Café.

O financiamento dos 12 volumes da Coleção se deu com a participação da iniciativa privada, sem a qual seria difícil garantir o investimento com orçamento público. O livro final recebeu incentivo de Lei do Estado e deverá ser viabilizado com captação de recursos vindos do ICMS – Imposto sob Circulação de Mercadorias e Serviços.

Ainda com a meta de resolver a segunda preocupação, foi solicitada ao grupo, pela Secretaria da Cultura, a elaboração de relatórios ao final de cada ano de trabalho, de maneira que apresentassem diretrizes que balizariam a criação de políticas públicas de preservação do patrimônio cultural.

Em 05 de novembro de 2010, para comemorar o Dia do Patrimônio, a Secretaria da Cultura realizou um evento em que apresentou à comunidade os resultados de um ano de trabalho da Rede. Um vídeo exibiu o Roteiro Cultural do Café e o relatório subsidiou a apresentação das diretrizes.

Em 2011, com base nos resultados da pesquisa obtidos até aquele ano, em nome da Rede, a Secretaria apresentou o projeto Cidade Histórica, que apresentou ações para a proteção da paisagem nas localidades e no sítio de Bonfim Paulista. A primeira área atendida foi o Centro da cidade. A fase 1 do projeto, orçada em R\$ 7 milhões, que propõe o aterramento dos fios e a troca de piso de área compreendida como calçada, com a meta de garantir a fruição do patrimônio cultural, foi iniciada em 02 de abril e tem data final programada para novembro de 2012. O reflexo da importância do trabalho da equipe foi a coordenação desse projeto ter ficado com a Secretaria da Cultura. Seguindo o mesmo caminho, de envolvimento da comunidade, uma das ruas mais antigas da cidade, a José Bonifácio,

também localizada no centro, recebeu atenção especial e as fachadas dos imóveis estão sendo recuperadas. O projeto é uma ação público/privada.

A segunda área atendida pelo projeto Cidade Histórica é o Distrito de Bonfim Paulista. Uma entidade privada está financiando estudos específicos e projetos ambientais, arquitetônicos e urbanísticos visando à criação de metas para a preservação histórica e cultural do lugar. Terminada a etapa de elaboração do projeto – a primeira fase foi apresentada à comunidade em 24 de junho de 2012 – será iniciada a implantação de ações de fomento para que os projetos se concretizem.

O foco de gestão pública tem sido pautado no debate das Cidades Criativas, com a criação de estratégias de economia que garantam a autonomia de gestão dos proprietários dos bens, moradores do distrito.

Considerações finais

Ao longo desse artigo o leitor acompanhou a trajetória, entre 2010 e 2012, do projeto Paisagem Cultural do Café, levado a cabo pelo grupo de pesquisa Rede de Cooperação Identidades Culturais. Talvez uma das questões mais marcantes dessa experiência seja o trabalho integrado entre o setor público e o privado, envolvendo num mesmo projeto a sociedade civil e instituições com natureza e finalidades diferentes.

Reconhecendo que o empreendimento agroindustrial do café esculpiu uma paisagem cultural específica em nossa região, o projeto oferece subsídios ao poder público e à sociedade para o planejamento e a execução de políticas de preservação dessa paisagem, respeitando os elementos complexos que a caracterizam. O dinamismo que a define deve ser levado em conta, de maneira a associar o desenvolvimento econômico e social às raízes históricas e culturais nas quais está pautado. Mesmo tendo uma das mais altas taxas de urbanização do país, o município ainda mantém referências culturais fortes com as suas raízes rurais. O que se observa é um limite tênue entre campo e cidade.

Essa condição justifica a escolha da paisagem cultural como categoria norteadora do inventário que vem se realizando em Ribeirão Preto. Ela possibilita uma abordagem mais ampla, envolvendo as referências culturais, o ambiente construído e as relações homem/meio. O que se percebe é que os instrumentos de pesquisa disponibilizados pelo IPHAN ainda são limitados para a caracterização da paisagem de maneira mais abrangente. A experiência em Ribeirão Preto mostrou isso: foi necessário usar de maneira integrada duas metodologias de pesquisa.

Como bem lembrou Ribeiro (2010), não é possível apenas fazer uma descrição visual da paisagem, considerando-a como *a priori*. O pesquisador precisa ir a campo com a concepção que ela é uma construção coletiva da sociedade. Outro engano é produzir a pesquisa sem que haja um empoderamento dos resultados pela sociedade. Sem o envolvimento da comunidade e a apropriação por ela dos resultados, a pesquisa corre o risco de se distanciar da realidade estudada. O mesmo deve ser dito do poder público, que deve ser envolvido no processo do início ao fim, mesmo que esta não seja uma tarefa fácil para o pesquisador.

Finalmente, cumpre destacar que este é um projeto em andamento. Ainda há um longo caminho a percorrer para finalizar a caracterização da Paisagem Cultural do Café no município de Ribeirão Preto.

Referências

AB'SABER, A. N. **Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

ARGOLLO FERRÃO, A. M. **Arquitetura do café**. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

Carta de Mar Del Plata sobre patrimônio intangível. Junho de 1997. Publicação eletrônica do IPHAN, 2004.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. **Patrimônio Cultural**. Conceitos, políticas, instrumentos. São Paulo: Annablume, 2009.

CHAUÍ, Marilena. **Política cultural, cultura política e patrimônio Histórico**. O Direito à Memória: patrimônio histórico e cidadania. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura – DPH, 1992, p. 37-46.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do Patrimônio**. Tradutor Luciano Vieira Machado. São Paulo: UNESP, 2001.

DPMF – DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO MATERIAL E FISCALIZAÇÃO. **SICG**. Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão. Brasília: IPHAN, 2009.

FREITAS, Nainôra Maria Barbosa de. **Rivi Nigri: a criação da diocese na nova Eldorado**. Ribeirão Preto: Fundação Instituto do Livro, 2012. (Coleção Nossa História).

FONSECA, M. C. L. A noção de referência cultural nos trabalhos de inventário. In: MOTTA, L. ; SILVA, M. B. R. **Inventários de Identificação: um panorama da experiência brasileira**. Rio de Janeiro: IPHAN, 1998.

GAETANI, M. **Arquitetura residencial no centro da cidade de Ribeirão Preto no período de 1915 a 1945**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 1999.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978. Págs. 13-41.

GUMIERO, E. A. **Ribeirão Preto e o desenvolvimento do seu comércio: 1890-1937**. 2000. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, UNESP, Franca, 2000.

IBGE. **Censo Demográfico 2000**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 20 mai. 2012.

IPHAN. **Patrimônio Imaterial: O registro do patrimônio: dossiê final das atividades da Comissão e do grupo de trabalho Patrimônio Imaterial**. Brasília: Ministério da Cultura/ IPHAN, 2. ed, 2003.

———. **Planos de ação para Cidades Históricas**. Patrimônio Cultural e Desenvolvimento Social. Brasília: IPHAN, 2009.

———. **Inventário Nacional de Referências Culturais**: manual de aplicação. Apresentação de Célia Maria Corsino. Introdução de Antônio Augusto Arantes Neto. – Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2000.

———. **I Fórum Nacional de Patrimônio Cultural**. Resultado da seleção de Experiências de Gestão e Políticas do Patrimônio Cultural. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarDetalheConteudo.do?id=14795&sigla=Noticia&retorno=detalheNoticia>>. Acesso em: 25 jun. 2012.

LOPES, Luciana Suarez Lopes. Ribeirão Preto e a dinâmica da economia cafeeira de 1870 a 1930. Ribeirão Preto: Fundação Instituto do Livro, 2012. (Coleção Nossa História).

MILLIET da Costa Silva, S. **Roteiro do café**. Análise histórico-demográfica da expansão cafeeira no estado de São Paulo. São Paulo: s.n., 1938.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**. São Paulo: PUC-SP, n. 10, 1993.

OLIVEIRA, J. B. & MONIZ, A. C. Levantamento detalhado pedológico da Estação Experimental de Ribeirão Preto, SP. **Bragantia**. Campinas: Instituto Agrônomo do Estado de São Paulo. Janeiro, 1975, vol. 34, n.2. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/brag/v34nunico/02.pdf>>.

PAZIANI, R. R. **Construindo a Petit Paris**: Joaquim Macedo Bittencourt e a Belle Époque em Ribeirão Preto (1911-1920). 2004. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, UNESP, Franca, 2004. Acesso em: 25 mai. 2012.

RIBEIRO, Rafael W. **Paisagem Cultural e Patrimônio**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2007.

———. Os ídolos da paisagem: caminhos e descaminhos da relação entre paisagem e patrimônio. In: I CONGRESSO BRASILEIRO DE ORGANIZAÇÃO DO. Rio Claro: UNESP, 05 out. 2010. p. 4103-4117. Disponível em: <<https://sites.google.com/site/organizaodoespaco/anais>>. Acesso em: 26 jun. 2012.

Rede de Cooperação Identidades Culturais. Blog destinado à difusão da produção do grupo de pesquisa de mesmo nome, coordenado por Adriana Silva e Lilian Rodrigues de Oliveira Rosa. Disponível em: <<http://redeidentidadesculturais.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 25 jun. 2012.

———. **Resultados de pesquisa realizada pelo Grupo 3 no primeiro semestre de 2012**. Ribeirão Preto: [s.e.], 2012. Relatório.

ROSA, L. R. O.; LARA, P. H. V. Café e indústria em Ribeirão Preto: O caso da Electro-metallúrgica brasileira S.A. (1921 – 1931). **Dialogus**. Ribeirão Preto. V. 5, n. 1, 2009 P. 319-339.

SECRETARIA MUNICIPAL DA CULTURA DE RIBEIRÃO PRETO. **Plano Municipal da Cultura de Ribeirão Preto**. Disponível em: <<http://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/leis/pesquisa/ver.php?id=32062&chave=>>>. Acesso em: 25 jun. 2012.

SILVA, Adriana; ROSA, Lilian R. De Oliveira (orgs.). **Patrimônio cultural do café, da terra vermelha**. Ribeirão Preto: Fundação Instituto do Livro, 2012.

———. **Programa estratégico de proteção e promoção do Patrimônio Cultural de Ribeirão Preto, SP**. Disponível em: <<http://redeidentidadesculturais.blogspot.com.br/2011/09/projeto-inicial-do-programa-estrategico.html>>. Acesso em: 26 jun. 2012.

———. **Relatório Fase 1 do INRC**. Ribeirão Preto: Rede de Cooperação Identidades Culturais, 2010. Relatório.

———. **Relatório Fase 2 do INRC**. Ribeirão Preto: Rede de Cooperação Identidades Culturais, 2011. Relatório.

SILVA, E. D. **A história contada através da arquitetura de uma rua**. Ribeirão Preto: Fundação Instituto do Livro de Ribeirão Preto, 2011.

SOUBIHE, m. L. C. V. **Ribeirão preto. Restauração do patrimônio do centro**. 1992. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo. São Carlos, 1992.

SUNEGA, R. **Quartirão Paulista**: um conjunto harmônico de edifícios monumentais. Ribeirão Preto: Fundação Instituto do Livro, 2011. (Coleção Identidades Culturais).

TINCANI, D. P. FEEIRA, D. Percepções e entendimentos da população de Ribeirão Preto sobre a sua identidade cultural: pesquisa preliminar. **Anais do VII ENECULT**, Salvador: UFBA, 3-5 agosto de 2011, p. 1-14.

VALADÃO, V. **Memória arquitetônica em Ribeirão Preto** – política de preservação e plano diretor. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História, Direito, Ciências Sociais do Trabalho – UNESP, Franca, 1998.

VELHO, Gilberto. **Individualismo e cultura**: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea. 8 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.